

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUAN SANCHES DA GAMA

**CRISE FISCAL E RIGIDEZ ORÇAMETÁRIA NO BRASIL: Desafios e Caminhos para
o Ajuste**

Juiz de Fora - MG

2025

LUAN SANCHES DA GAMA

**CRISE FISCAL E RIGIDEZ ORÇAMETÁRIA NO BRASIL: Desafios e Caminhos para
o Ajuste**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Zambalde Portela Custódio

Juiz de Fora - MG

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sanches da Gama, Luan.

Crise Fiscal e Rigidez Orçamentária no Brasil : Desafios e Caminhos para o Ajuste / Luan Sanches da Gama. -- 2025.
46 p.

Orientador: Guilherme Zambalde Portela Custódio
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Economia, 2025.

1. Crise Fiscal. 2. Orçamento Público. 3. Reformas Fiscais. 4. Dívida Pública. I. Zambalde Portela Custódio, Guilherme, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
REITORIA - FACECON - Depto. de Economia

FACULDADE DE ECONOMIA / UFJF

ATA DE APROVAÇÃO DE MONOGRAFIA II (MONO B)

Na data de 14/08/2025, a Banca Examinadora, composta pelos professores

1 – GUILHERME ZAMBALDE PORTELA CUSTODIO, - orientador; e

2 – WILSON LUIZ ROTATORI CORRÊA

reuniu-se para avaliar a monografia do acadêmico LUAN SANCHES DA GAMA, intitulada: CRISE FISCAL E RIGIDEZ ORÇAMENTÁRIA NO BRASIL: DESAFIOS E CAMINHOS PARA O AJUSTE.

Após primeira avaliação, resolveu a Banca sugerir alterações ao texto apresentado, conforme relatório sintetizado pelo orientador. A Banca, delegando ao orientador a observância das alterações propostas, resolveu APROVAR (APROVAR / NÃO APROVAR) a referida monografia

ASSINATURA ELETRÔNICA DOS PROFESSORES AVALIADORES



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Zambalde Portela Custódio, Professor(a)**, em 15/08/2025, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Luiz Rotatori Correa, Professor(a)**, em 15/08/2025, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2556838** e o código CRC **1621888B**.

Aos meus pais, Ulisses Sanches da Gama e Luciana de Paula, pelo empenho incansável mesmo diante de tantas adversidades, quer sejam financeiras, quer pelas adversidades de convivência, por acreditarem em mim, por investirem nos meus estudos e nunca deixarem de me apoiar. Este trabalho também é de vocês.

Agradeço aos meus amigos e irmãos, por estarem ao meu lado durante esse tempo. Bem sabemos que é só o começo da jornada.

Agradeço a cada adversidade sentida, cada prova complicada, cada momento de dilemas e cada lágrima vertida. Elas fizeram de mim o que sou e vão me guiar, pois tudo coopera para o bem.

Agradeço a motivação, foco que, outrora sofri com o peso da incapacidade a mim posta. Você, motivação, foi crucial para que eu pudesse vencer, não somente os paradigmas, mas a mim. Estarei a perseguir o objetivo que a motivação não acredita que eu um dia alcance.

Mas entre todos, quero agradecer com toda força de meu ser a Jesus Cristo, meu Senhor e Salvador, que não apenas abandonou Sua glória, mas fez-se homem como nós, foi morto e ressuscitou. Por Suas pisaduras somos sarados, e é por Sua graça que estou de pé e posso celebrar mais esta conquista. Que toda honra e glória seja estabelecida no nome de Cristo Jesus, pelos séculos dos séculos, amém!

“O problema do Brasil não é só de déficit fiscal, mas de alocação ineficiente dos recursos. Gasta-se muito com consumo e pouco com investimento.”

- Edmar Bacha, 2017.

RESUMO

Desde 2013, o Brasil enfrenta déficits fiscais persistentes, culminando em 2024 com uma crise de credibilidade fiscal não antes vista desde o Plano Real. Essa situação reflete não apenas o descontrole das contas públicas, mas também a rigidez orçamentária estrutural, marcada por vinculações excessivas de receitas e despesas e pelo crescimento contínuo dos gastos obrigatórios. Este trabalho examina os impactos dessa rigidez sobre a capacidade do Estado de gerir seus recursos de forma eficiente e adaptável às demandas econômicas e sociais.

A análise aborda os desafios enfrentados para alcançar o equilíbrio fiscal, com destaque para a necessidade de reformas estruturais. Entre elas, ressaltam-se a reforma administrativa, a reforma previdenciária e a revisão das regras de vinculação orçamentária como pilares para a modernização da gestão pública e a sustentabilidade de longo prazo.

Ao explorar alternativas para mitigar os entraves fiscais, o estudo busca contribuir para o debate sobre soluções viáveis que combinem eficiência econômica, responsabilidade social e sustentabilidade financeira, fundamentais para restaurar a confiança nas finanças públicas do Brasil.

Palavras-chave: Crise Fiscal. Orçamento Público. Reformas Fiscais. Dívida Pública.

ABSTRACT

Since 2013, Brazil has been facing persistent fiscal deficits, culminating in 2024 with an unprecedented fiscal credibility crisis. This situation reflects not only the mismanagement of public finances but also structural budget rigidity, characterized by excessive revenue and expenditure earmarking and the continuous growth of mandatory spending. This study examines the impacts of this rigidity on the State's ability to manage its resources efficiently and adapt to economic and social demands.

The analysis addresses the challenges of achieving fiscal balance, emphasizing the need for structural reforms. These include administrative reform, pension reform, and the revision of budget earmarking rules as key pillars for modernizing public management and ensuring long-term sustainability. Additionally, the study proposes the consideration of a non-individual state capitalization regime to address fiscal pressures in the pension system.

By exploring alternatives to mitigate fiscal constraints, the study aims to contribute to the debate on viable solutions that combine economic efficiency, social responsibility, and financial sustainability, which are fundamental for restoring confidence in Brazil's public finances.

Keywords: Fiscal Crisis. Pension Reform. Administrative Reform. Public Debt.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Evolução do Planejamento Orçamentário Anual	18
Gráfico 2	- Despesas Discricionárias (% PIB)	19
Gráfico 3	- Despesas discricionárias, exceto saúde e educação (% PIB)	22
Gráfico 4	- Pirâmides Etárias (2000, 2020, 2040, 2060)	25
Gráfico 5	- Despesas previdenciárias e razão de dependência dos idosos	26
Gráfico 6	- Benefícios Previdenciários (% PIB)	27
Gráfico 7	- Receita e Resultado do INSS (% PIB)	28
Gráfico 8	- Beneficiários Segundo o Valor do Benefício (INSS vs. Servidores Públicos, 2015)	30
Gráfico 9	- Gastos Segundo o Valor do Benefício (INSS vs. Servidores Públicos, 2015)	31
Gráfico 10	- Variação real dos gastos com pessoal e encargos sociais (2009 - 2023)	34
Gráfico 11	- Massa salarial por nível de renda (governo geral)	35
Gráfico 12	- Massa salarial por região (governo geral - OCDE, ALC etc.)	35
Gráfico 13	- Evolução do Investimento Federal - a preços de 2018	38
Gráfico 14	- Origem dos Investimentos - Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB)	40
Gráfico 15	- Evolução do Gasto Público em Relação ao PIB (com e sem Teto de Gastos)	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
EC	Emenda Constitucional
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFI	Instituição Fiscal Independente
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MGI	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PIB	Produto Interno Bruto
RDI	Razão de Dependência dos Idosos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. METODOLOGIA.....	16
3. RIGIDEZ ORÇAMENTÁRIA	17
3.1 Rigidez Orçamentária e Ineficiência nos Gastos Públicos no Brasil	20
3.2 Rigidez Orçamentária, o Baixo Crescimento Econômico e o Comprometimento com os Investimentos Públicos.....	21
4. A PREVIDÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM OS PROBLEMAS FISCAIS NO BRASIL.....	23
4.1 O Envelhecimento Populacional e seu Risco Fiscal.....	24
4.2 A Previdência em seu Contexto Fiscal	26
4.3 O Peso do Setor Público na Previdência	29
5. FUNCIONALISMO PÚBLICO E A QUESTÃO FISCAL.....	32
5.1 Disparidade Salarial do Setor Público	33
6. A CRISE FISCAL.....	36
6.1 A Controvérsia do Gasto Público	39
7. CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Desde 2013, o Brasil enfrenta uma crise fiscal marcada por déficits públicos persistentes e pela dificuldade de implementar medidas estruturais capazes de garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha instituído a chamada “regra de ouro”, que proíbe o endividamento para custear despesas correntes, não foram estabelecidas restrições explícitas para o crescimento da dívida federal, responsável pela maior parcela da dívida pública consolidada (Salomão Neto, 2020). Essa lacuna normativa foi compensada em parte por regras auxiliares, cuja eficácia, entretanto, mostrou-se limitada diante da expansão contínua dos gastos obrigatórios e da discrepância entre crescimento econômico e aumento das despesas. Entre 1991 e 2022, o gasto primário cresceu em média 4% ao ano, enquanto o PIB avançou apenas 2,3%, evidenciando um desequilíbrio estrutural das contas públicas.

Esse quadro afetou de forma direta a confiança dos agentes econômicos, reduziu o investimento privado e elevou a relação dívida/PIB, que deve alcançar 81,4% em 2025 (IFI, 2024). A literatura internacional, como destacam Reinhart e Rogoff (2010; 2011), alerta que níveis elevados de endividamento público podem restringir o crescimento econômico, ampliando os riscos de instabilidade fiscal. No Brasil, esse processo comprometeu a credibilidade da política econômica e agravou a percepção de incerteza em relação ao futuro das contas públicas.

No campo das despesas, a expansão das chamadas despesas obrigatórias resultou em um fenômeno recorrente: a compressão dos gastos discricionários, que passaram a representar menos de 10% do orçamento nos últimos anos (Orçamento Cidadão, 2024). O presente trabalho utilizará os termos rigidez fiscal ou problema fiscal como sinônimos de compressão das despesas discricionárias e da consequente baixa margem de manobra fiscal. Tal rigidez prejudica a formulação de políticas públicas adaptáveis, reduzindo a flexibilidade orçamentária e ampliando a desconfiança dos agentes quanto à trajetória da política fiscal. Esse cenário se agrava com a retomada do debate sobre dominância fiscal, em que a política monetária corre o risco de perder eficácia diante da incapacidade do governo de controlar o crescimento da dívida e do déficit nominal (Sargent; Wallace, 1981). Em 2024, esse debate ressurgiu no Brasil com força, à medida que os investidores passaram a questionar a

capacidade do Banco Central de manter o controle inflacionário em um ambiente de política fiscal expansionista e prêmios de risco elevados (Reuters, 2024).

A trajetória da dívida pública brasileira ilustra a gravidade do problema. Em 2013, a dívida correspondia a 63% do PIB. Nos anos seguintes, o crescimento das despesas e os efeitos da pandemia de COVID-19 levaram esse índice a 87,7% do PIB. Ainda que tenha recuado para 71,7% ao final do governo Bolsonaro em função de receitas extraordinárias e venda de ativos, as projeções indicam nova alta, alcançando 81,4% do PIB em 2025 (IFI, 2024). Esse aumento está relacionado à retomada de uma política fiscal expansionista no governo Lula III, centrada em programas sociais e investimentos, mas sem medidas estruturais suficientes para conter o avanço das despesas obrigatórias.

Entre os componentes dessa rigidez, a previdência social ocupa posição central. Os gastos previdenciários passaram de 3,4% do PIB em 1991 para 8,1% em 2016, crescendo em média 5,3% ao ano, ritmo muito superior ao crescimento do PIB no mesmo período (Giambiagi; Tafner, 2024). Mesmo com a reforma previdenciária de 2019, que representou um passo significativo, as despesas com o INSS continuaram elevadas, correspondendo a cerca de 8% do PIB em 2022, o que demonstra que o problema permanece sem solução definitiva.

Outro fator relevante diz respeito às despesas com pessoal. Apesar de sua participação relativa no PIB ter caído de 5,1% em 1994 para 3,7% em 2022, esse componente ainda figura entre os principais gargalos da rigidez fiscal, especialmente diante das pressões corporativas e da dificuldade em implementar uma reforma administrativa ampla. Como argumenta Bacha (2017), reformas dessa natureza, associadas à criação de espaço fiscal para investimentos em infraestrutura, são essenciais para reduzir o chamado “custo Brasil” e aumentar a competitividade econômica. Sem tais reformas, o país permanece preso a um quadro de baixa flexibilidade orçamentária e de forte limitação de políticas de crescimento.

Esse processo de compressão dos gastos discricionários também foi detalhado por Oliveira, Nóbrega e Maia (2022), que demonstram como a queda da participação dessas despesas de 25% do orçamento em 2000 para menos de 10% em 2024 reduziu drasticamente a capacidade do governo de implementar políticas anticíclicas ou de priorizar investimentos

estratégicos. Essa tendência reforça a rigidez fiscal e amplia a vulnerabilidade da economia brasileira diante de choques internos e externos.

Em síntese, a literatura aponta que os desafios fiscais enfrentados pelo Brasil são de caráter estrutural e não meramente conjuntural. A rigidez fiscal, expressa pelo peso crescente das despesas obrigatórias, pelo déficit de reformas amplas e pela baixa margem de manobra para políticas públicas, compromete a sustentabilidade das finanças do Estado e mina a confiança de investidores e da sociedade.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar as bases estruturais da crise fiscal brasileira, com especial atenção a três dimensões centrais: (i) a previdência social, no contexto de sua pressão crescente sobre os gastos públicos; (ii) as despesas com pessoal, que ainda representam um dos gargalos mais relevantes da administração pública; e (iii) a rigidez orçamentária, que limita a capacidade de planejamento e coloca em xeque o crescimento sustentável da economia brasileira.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, voltada à compreensão dos fatores que sustentam a crise fiscal e a rigidez orçamentária no Brasil. Para tanto, a metodologia empregada baseia-se na análise de dados secundários, combinada com uma revisão bibliográfica ampla. O uso de dados secundários permite observar padrões e tendências de médio e longo prazo nas finanças públicas brasileiras, bem como examinar os impactos das políticas fiscais adotadas ao longo das últimas décadas.

A revisão de literatura incluiu artigos acadêmicos, livros especializados, relatórios técnicos e documentos governamentais, que abordam temas como sustentabilidade da dívida pública, crescimento das despesas obrigatórias, reformas estruturais e dominância fiscal. As fontes foram levantadas por meio de pesquisas no Google Acadêmico, no diretório de artigos da CAPES e em livros físicos de referência, especialmente os de autores como Giambiagi e Bacha. Entre as principais referências, destacam-se também publicações do Banco Mundial, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria do Tesouro Nacional, da Instituição Fiscal Independente (IFI), além de estudos de Reinhart, Rogoff e outros especialistas renomados na área fiscal e econômica.

A análise foi estruturada em torno da identificação dos principais elementos que compõem a rigidez orçamentária brasileira, com destaque para os gastos previdenciários, o funcionalismo público e os mecanismos de vinculação de receitas. A partir do levantamento e interpretação dos dados disponíveis, buscou-se discutir criticamente os entraves que limitam a capacidade do Estado de planejar suas finanças de forma eficiente e flexível. Além disso, foram exploradas possíveis soluções para o problema fiscal, com ênfase em propostas de reformas administrativas e previdenciárias, incluindo a discussão sobre a adoção de novos modelos previdenciários, a fim de mitigar o risco fiscal associado ao déficit público nas aposentadorias.

Essa combinação entre dados empíricos e referências teóricas contribui para a elaboração de um diagnóstico fundamentado, capaz de sustentar recomendações que unam responsabilidade fiscal, crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a metodologia adotada assegura a consistência analítica do estudo e sua relevância para o debate público sobre a sustentabilidade das finanças brasileiras.

3. RIGIDEZ ORÇAMENTÁRIA

A rigidez orçamentária pode ser definida como a situação em que a maior parte das receitas públicas está previamente comprometida com despesas obrigatórias, restando ao governo apenas uma pequena fração de recursos livres para decidir sobre novos gastos ou investimentos. Em outras palavras, significa que o orçamento possui baixa flexibilidade, pois suas prioridades já estão determinadas por vinculações legais, constitucionais ou contratuais. Esse fenômeno reduz a autonomia do gestor público, limita a capacidade de adaptação da política fiscal a diferentes conjunturas econômicas e restringe a possibilidade de implementar políticas públicas estratégicas voltadas para o desenvolvimento. Neste trabalho, tanto o termo “rigidez fiscal” quanto “rigidez orçamentária” serão utilizados como sinônimos para designar a baixa flexibilidade do orçamento público. (Bacha, 2017)

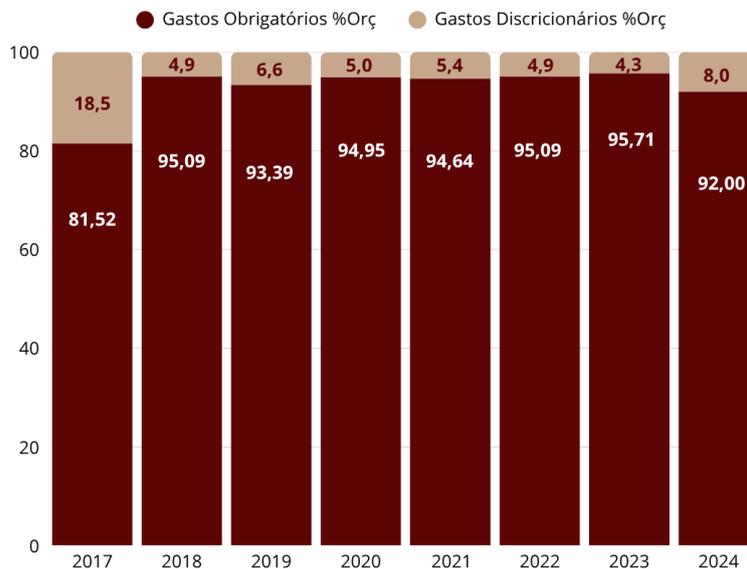
Nesse sentido, é necessário afirmar de antemão que o problema fiscal no Brasil tem suas raízes em um quadro orçamentário engessado, fruto da crescente dependência de despesas obrigatórias, como previdência, salários do funcionalismo público e gastos constitucionais com saúde e educação. Esse conjunto de despesas consome atualmente mais de 90% das receitas tributárias, reduzindo drasticamente o espaço para as despesas discricionárias. Estas, por sua vez, são fundamentais para investimentos em infraestrutura,

manutenção da máquina pública e a implementação de políticas sociais e econômicas estratégicas. A redução desse espaço discricionário não apenas restringe a capacidade de gestão do governo, mas também evidencia a vulnerabilidade fiscal do país em tempos de crise.

O impacto desse desequilíbrio pode ser observado no Gráfico 1, que mostra como o planejamento das despesas discricionárias atingiram, antes da aprovação do Orçamento de 2024, um patamar inferior a 5% do orçamento total – uma marca histórica que reflete a severa limitação fiscal do país. O leve aumento para 8% no orçamento de 2024 não indica uma reversão dessa rigidez estrutural, mas sim a ampliação de repasses da União para programas de Assistência Social, como o Bolsa Família. Esses programas, ainda que indispensáveis para mitigar desigualdades sociais, não alteram a essência da rigidez fiscal, já que estão ancorados em um sistema orçamentário que permanece inflexível.

GRÁFICO 1

Evolução do Planejamento Orçamentário Anual

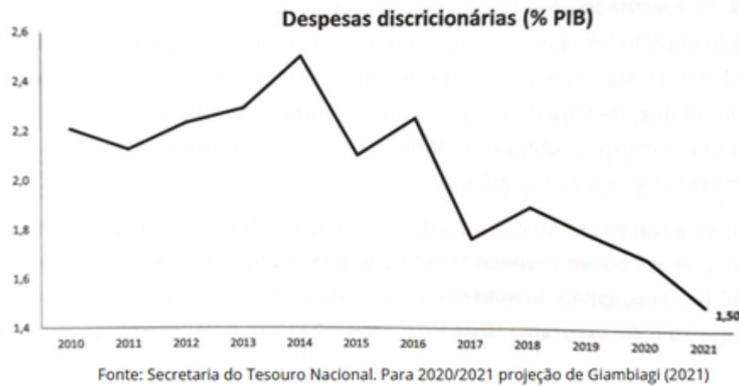


Fonte: Elaboração Própria com base no Orçamento Cidadão 2017 ao 2024

Essa discrepância também se reflete no realizado das despesas discricionárias em relação ao PIB, evidenciando outra face desse problema estrutural. Como mostrado no Gráfico 2, as despesas discricionárias passaram de 2,6% do PIB em 2010 para apenas 1,5% em 2021. Essa trajetória evidencia o contínuo avanço das despesas obrigatórias sobre o orçamento, comprometendo a capacidade do governo de financiar investimentos estratégicos ou responder a situações emergenciais. Essa baixa manobrabilidade fiscal, como apontam Camillo de Moraes Bassi (2019) e Fabio Giambiagi (2021), tem como causa principal o

crescimento desproporcional das despesas obrigatórias, que atualmente representam cerca de 95% das despesas realizadas.¹

GRÁFICO 2



A falta de flexibilidade fiscal também limita a possibilidade de adoção de políticas contracíclicas, fundamentais para mitigar os efeitos de crises econômicas e promover a recuperação do crescimento. Conforme analisado por Oliveira, Nóbrega e Maia (2022), quando menos de 5% do orçamento federal está disponível para despesas discricionárias, como ocorreu antes do orçamento de 2023, o governo enfrenta dificuldades até mesmo para cobrir despesas básicas, como contas de energia e água, quanto mais para investir em infraestrutura ou expandir serviços públicos. Essa limitação é ainda mais grave em cenários de retração econômica, onde a capacidade de agir do governo é essencial para estabilizar a economia.

Além disso, a baixa flexibilidade orçamentária compromete diretamente o desenvolvimento econômico ao sufocar os investimentos públicos, que são cruciais para estimular o crescimento e modernizar a infraestrutura do país. De acordo com Blanchard (2017), déficits fiscais persistentes, quando combinados com níveis insuficientes de investimento público, podem prejudicar a geração de PIB no longo prazo, impedindo que a economia alcance novos patamares de produtividade. Essa dinâmica coloca o Brasil em risco de voltar à chamada "armadilha da renda média", descrita por Bacha (2017), na qual o país não consegue transitar de uma economia de renda média para uma economia de renda alta devido à falta de crescimento sustentado. Sem investimentos consistentes, setores como educação, infraestrutura e inovação ficam estagnados, reduzindo a competitividade econômica e limitando as oportunidades para um crescimento mais

¹ O Gráfico 1 apresenta os dados referentes ao orçamento aprovado, enquanto o Gráfico 2 mostra os valores realizados, considerando a proporção das despesas obrigatórias e discricionárias em relação ao PIB.

robusto.

O cenário brasileiro, portanto, reflete um problema estrutural de difícil resolução. A predominância das despesas obrigatórias sobre as discricionárias não é apenas uma questão de alocação de recursos, mas um sintoma de um sistema fiscal que carece de reformas profundas. Sem intervenções significativas, como ajustes nas despesas previdenciárias, reavaliação dos gastos com pessoal e maior flexibilização das regras fiscais, o Brasil continuará enfrentando barreiras à gestão de suas finanças públicas. Essa rigidez, além de limitar o dinamismo orçamentário, compromete a capacidade do governo de atender às demandas urgentes da sociedade e de promover a sustentabilidade fiscal no longo prazo.

3.1 Rigidez Orçamentária e Ineficiência nos Gastos Públicos no Brasil

A rigidez orçamentária no Brasil não é apenas uma questão estrutural vinculada às despesas obrigatórias, mas também decorre de mecanismos específicos, como os gastos mínimos obrigatórios em áreas como saúde e educação. Segundo o World Bank Group (2017), antes da implementação do novo regime fiscal pela Emenda Constitucional 95/2016, esses gastos eram estabelecidos como percentuais fixos das receitas tributárias. Essa metodologia, embora buscasse assegurar recursos mínimos para áreas essenciais, gerou um crescimento estrutural e pró-cíclico dessas despesas, sem levar em conta as reais necessidades da população, como o número de estudantes nas escolas públicas ou a demanda específica por serviços de saúde. A partir do novo regime fiscal, essas despesas passaram a ser ajustadas exclusivamente pela inflação, em conformidade com o teto geral de gastos, mas a rigidez permanece elevada.

Outro aspecto destacado pelo Banco Mundial (2017) é a fragmentação entre programas, níveis de governo e fontes de financiamento, o que gera sobreposição de funções e reduz a eficiência do gasto público. A ausência de coordenação entre diferentes esferas governamentais e fontes de financiamento orçamentárias e não orçamentárias dificulta o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, resultando em desperdício de recursos e ineficácia na execução dos programas. Por exemplo, a fragmentação nas áreas de saúde e educação prejudica o alinhamento entre despesas realizadas e os objetivos das políticas, limitando o impacto dos recursos aplicados.

Além disso, o relatório do Banco Mundial afirma que a interação entre as políticas fiscais federais e subnacionais agrava os problemas de rigidez orçamentária. Regras

federais, como o piso salarial dos professores, exemplificam como decisões centrais podem impor pressões financeiras sobre estados e municípios sem que os recursos necessários sejam disponibilizados pelo governo federal. Essa dinâmica aumenta os riscos de insolvência dos entes subnacionais. Quando estados se tornam inadimplentes em suas obrigações ou demandam perdões de dívidas, acabam gerando passivos contingentes para o governo federal, elevando ainda mais a vulnerabilidade fiscal do país.

Portanto, a rigidez fiscal e a ineficiência no gasto público no Brasil refletem uma combinação de exigências de gastos mínimos obrigatórios, fragmentação na gestão de recursos e interdependência fiscal entre os níveis de governo. Essas características, somadas à baixa flexibilidade orçamentária, comprometem a capacidade do país de direcionar recursos de forma eficiente, implementar reformas estruturais e fomentar o desenvolvimento sustentável. Superar essas barreiras requer uma revisão profunda dos mecanismos de vinculação orçamentária e uma coordenação mais eficiente entre os diferentes entes federativos.

3.2 Rigidez Orçamentária, o Baixo Crescimento Econômico e o Comprometimento com os Investimentos Públicos

O baixo crescimento econômico do Brasil nos últimos anos está intrinsecamente ligado à ausência de espaço fiscal para investimentos, advindo do decaimento da participação discricionária no orçamento da União, como evidenciado no Gráfico 3. O corte expressivo das despesas, especialmente as destinadas a investimentos, compromete a capacidade do governo de sustentar o crescimento de longo prazo.



Esse cenário, tem se agravado em uma economia onde o consumo do governo (C_g)

tem predominado sobre o investimento público (I^g), conforme exposto na equação:

$$G = \beta * G + \Delta * G$$

$$G^o = \beta * G$$

$$G^d = \Delta * G$$

$$G = G^o + G^d \quad (1)$$

Onde G é o Gasto total, G^o e G^d representam os gastos obrigatórios e discricionários respectivamente, enquanto β e Δ , são coeficientes em fração do gasto total, de tal sorte que $\Delta + \beta = 1$. Nesse sentido, como já avaliado neste estudo, o β do Gasto Obrigatório no Brasil tem se aproximado de 1, ao passo que mais de 90% do orçamento está comprometido e obrigado pela Constituição Federal.

Dessa forma, quando $\beta \rightarrow 1$ fica evidente a rigidez fiscal e a priorização do consumo em detrimento do investimento. Este cenário limita diretamente a geração de PIB de longo prazo (gY) e restringe as possibilidades de melhorar a infraestrutura e aumentar a competitividade econômica. Economias que direcionam uma maior proporção de seus gastos públicos para investimentos tendem a alcançar taxas de crescimento mais elevadas no longo prazo. Por outro lado, quando a maior parte dos recursos é destinada ao consumo governamental, o impacto positivo dos gastos públicos no crescimento sustentável é significativamente reduzido. (BLANCHARD, 2017)

Embora os gastos do governo contribuam para o crescimento no curto prazo, é amplamente aceito que investimentos públicos em infraestrutura, inovação e educação possuem um impacto mais duradouro na expansão do PIB. No caso brasileiro, a expressiva redução de I^g nos últimos anos, como demonstrado no gráfico, expõe a rigidez fiscal do orçamento e evidencia a falta de espaço para ações estratégicas. Isso é especialmente problemático em uma economia onde os gastos obrigatórios consomem mais de 90% das receitas, restringindo severamente a capacidade de redirecionamento para investimentos produtivos.

Ademais, a estabilização fiscal é necessária, mas não suficiente para resolver o problema. Como apontado pelo Banco Mundial (2017), o Brasil precisa não apenas estabilizar sua dívida, mas criar espaço fiscal adicional para recuperar sua capacidade de investimento público. O gasto público no país, além de ser maior do que sua capacidade financeira permite, tem contribuído pouco para apoiar o crescimento. A queda no investimento público compromete o desenvolvimento de infraestrutura essencial e limita o

potencial de crescimento econômico de longo prazo.

Naturalmente, um maior crescimento econômico e taxas de juros reais mais baixas poderiam contribuir para uma estabilização mais rápida da dívida pública. Tal cenário criaria o tão necessário espaço fiscal para que o governo federal voltasse a investir em áreas estratégicas, apoiando um crescimento mais robusto e sustentável no futuro. No entanto, sem reformas fiscais estruturais que diminuam a rigidez do orçamento, o Brasil continuará preso a um ciclo de baixo crescimento e reduzida capacidade de investimento.

4. A PREVIDÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM OS PROBLEMAS FISCAIS NO BRASIL

A Previdência Social desempenha um papel central no sistema de proteção social brasileiro, assegurando renda para milhões de trabalhadores aposentados e suas famílias. Entretanto, nas últimas décadas, o país tem enfrentado desafios significativos para manter a sustentabilidade desse modelo, particularmente no que diz respeito ao equilíbrio fiscal. O envelhecimento acelerado da população, combinado com a redução na base de contribuintes ativos, tem intensificado a pressão sobre o sistema, exigindo debates aprofundados sobre a implementação de reformas estruturais que garantam sua viabilidade econômica e social.

Além disso, observa-se um problema de natureza distributiva na Previdência Social, uma vez que os benefícios não são distribuídos de maneira uniforme entre os diferentes segmentos da população. Esse tema será explorado ao longo deste trabalho, com foco nas desigualdades intrínsecas do sistema e nos impactos dessas disparidades para o equilíbrio fiscal e social. Nesse contexto, a Previdência Social não apenas desempenha um papel fundamental na composição da renda familiar, especialmente entre os idosos, mas também se apresenta como um dos maiores componentes do orçamento público. O aumento contínuo das despesas obrigatórias com aposentadorias e pensões, em detrimento de investimentos em áreas estratégicas como saúde e educação, evidencia a rigidez fiscal que compromete a capacidade do Estado de alocar recursos de maneira eficiente.

Dessa forma, é imprescindível analisar o impacto das mudanças demográficas e das disparidades distributivas no sistema previdenciário brasileiro sob a ótica fiscal, considerando que sua sustentabilidade depende diretamente da capacidade de equilibrar

receitas e despesas em um cenário de transformações estruturais. A seguir, serão discutidas as implicações do envelhecimento populacional e as possíveis reformas necessárias para assegurar a solvência e funcionalidade do sistema no longo prazo.

4.1 O Envelhecimento Populacional e seu Risco Fiscal

O envelhecimento populacional no Brasil é um fenômeno crescente e de grande impacto nas políticas públicas, especialmente na área da Previdência Social. Dados do IBGE mostram que a proporção de pessoas com 65 anos ou mais aumentou de 3,1% em 1970 para 6,8% em 2010, com projeções indicando uma continuidade dessa tendência nas próximas décadas. Segundo Ortiz (2015), esse cenário resulta de dois fatores principais: a expressiva redução nas taxas de mortalidade infantil e o aumento significativo da expectativa de vida. Entre 1940 e 2012, a mortalidade infantil caiu de 160 para menos de 20 óbitos por mil nascidos vivos, enquanto a expectativa de vida passou de 45,5 anos para mais de 74 anos.

Conforme ilustrado pelas pirâmides etárias projetadas pelo IBGE (2013)², o Brasil vivencia uma transição significativa em sua estrutura etária, com uma redução expressiva na base jovem da população e o conseqüente alargamento no topo da pirâmide, composto por idosos. Esse fenômeno impõe desafios consideráveis ao sistema previdenciário, uma vez que a relação entre trabalhadores ativos e beneficiários tende a se reduzir, pressionando o equilíbrio financeiro do regime. O Gráfico 3 abaixo exemplifica essa transição demográfica, destacando a evolução das pirâmides etárias ao longo do tempo e suas implicações no envelhecimento populacional.

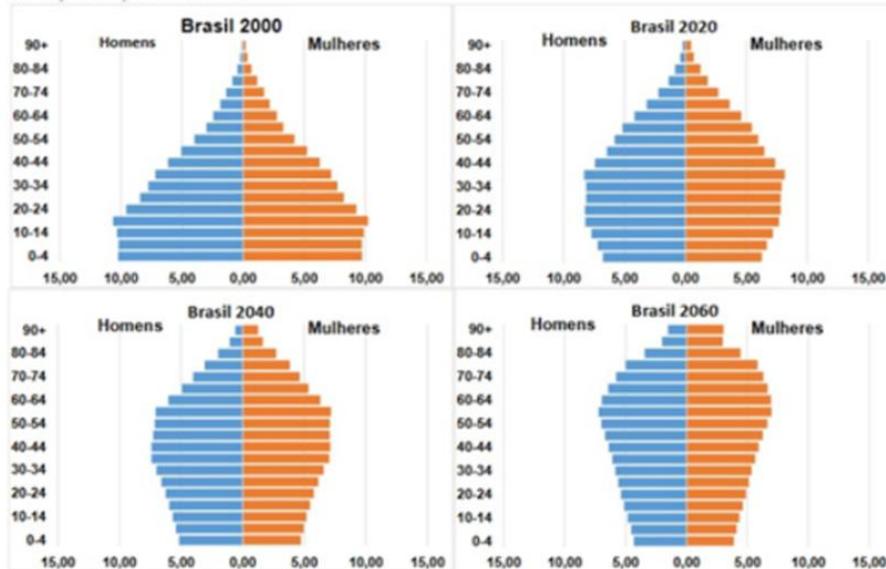
² Fonte: (FLORES, 2015)

GRÁFICO 4

Pirâmides Etárias

Brasil

2000, 2020, 2040 e 2060



Fonte: IBGE – Projeção da População do Brasil - 2013

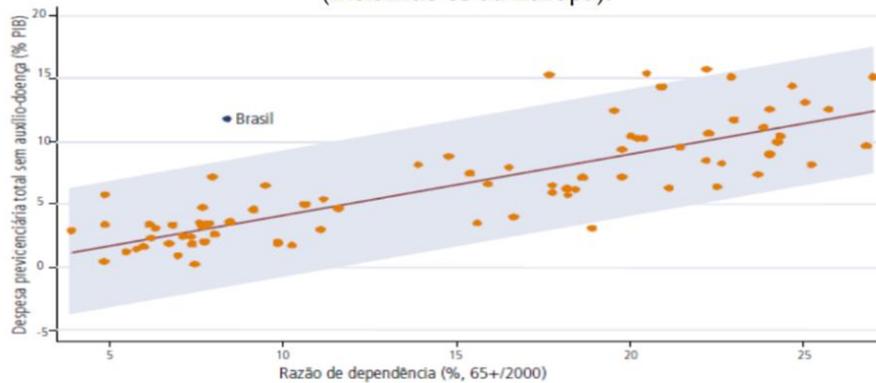
Além disso, a universalização da seguridade social e o aumento do acesso a serviços de saúde contribuíram para que a população idosa tivesse melhores condições de vida, com redução no grau de deficiência física ou mental (Camarano, 2002). No entanto, o crescimento contínuo da população idosa também aumenta a dependência do Estado para a provisão de renda, especialmente em famílias extensas, onde os idosos são responsáveis por mais de 50% do orçamento familiar, conforme a PNAD de 1998.

O envelhecimento populacional no Brasil apresenta peculiaridades que o diferenciam de outros países, especialmente dos europeus. Enquanto o processo na Europa ocorreu de forma gradual ao longo de séculos, no Brasil ele se dá de maneira mais acelerada, intensificando seus impactos (Brito, 2007). Esse cenário contribui para que os efeitos dessa mudança etária sejam sentidos de forma mais rápida e intensa, com destaque para o sistema previdenciário. O Gráfico 4, apresentado a seguir, evidencia essa situação ao correlacionar a Razão de Dependência dos Idosos (RDI) – proporção entre a população com 65 anos ou mais e a população em idade ativa (15 a 64 anos) – com os gastos previdenciários em relação ao PIB. Apesar de possuir uma RDI relativamente baixa, o Brasil apresenta despesas previdenciárias equivalentes às de países com uma RDI alta, como os europeus. De acordo com Rocha e Caetano (2008), países com uma estrutura demográfica semelhante à brasileira gastam, em média, 4% do seu PIB com Previdência,

enquanto o Brasil ultrapassa esse patamar, revelando um descompasso entre a demografia e o orçamento destinado à seguridade social.

GRÁFICO 5

Despesas previdenciárias e razão dependência dos idosos, do Brasil em relação a outros países (incluindo os da Europa).



Fonte: Rocha e Caetano (2008).

Nesse sentido, é possível concluir que o Brasil, embora apresenta uma Razão de Dependência dos Idosos (RDI) relativamente baixa em 2008, a medida que a população envelhece os efeitos da despesa previdenciária aumentam, exercendo significativa pressão sobre o orçamento público. Contudo, somada as projeções de aumento na proporção de idosos em relação à população em idade ativa nas próximas décadas, esse cenário agrava os riscos fiscais já existentes, ampliando as despesas obrigatórias com Previdência e assistência social e reduzindo a capacidade de investimento do Estado. Rocha e Caetano (2008) afirmam que sem implementação de reformas estruturais, o envelhecimento populacional poderá intensificar a insustentabilidade do sistema previdenciário, colocando em risco tanto o equilíbrio fiscal quanto a própria capacidade do Brasil de atender às demandas de uma população cada vez mais idosa.

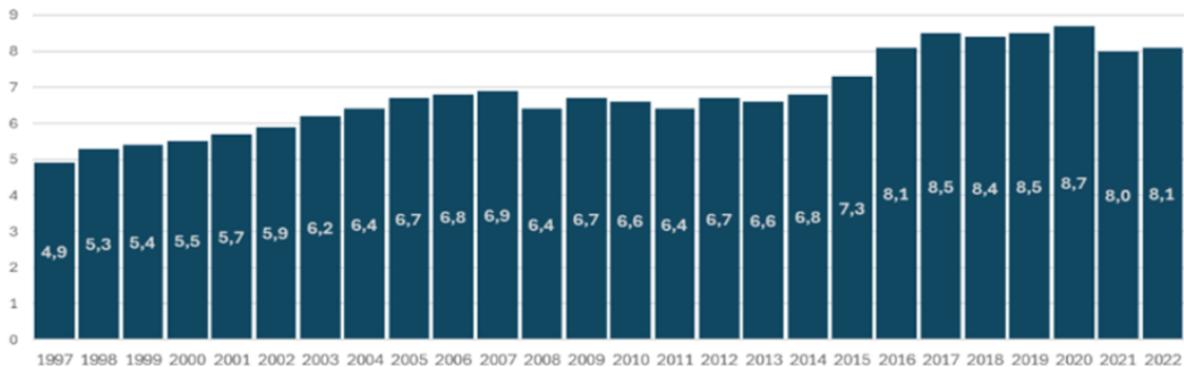
4.2 A Previdência em seu Contexto Fiscal

O aumento dos gastos governamentais com benefícios previdenciários no Brasil é uma realidade que tem avançado de forma alarmante nas últimas décadas. Conforme evidenciado pelo Gráfico 5, essas despesas praticamente dobraram sua participação no PIB, saltando de 4,9% em 1997 para 8,1% em 2022. Esse crescimento exponencial reflete a combinação de fatores como o envelhecimento populacional, a ampliação do acesso aos benefícios e a ausência de reformas estruturais capazes de conter

essa trajetória. O impacto desse cenário é significativo, pois reduz ainda mais a flexibilidade fiscal do país, comprometendo a capacidade do governo de investir em áreas estratégicas e atender às demais demandas sociais.

GRÁFICO 6

Despesas Federais Primárias Benefícios Previdenciários (% do PIB)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Tesouro Nacional

A análise do aumento das despesas previdenciárias torna-se ainda mais crítica ao considerar o comportamento das receitas do INSS ao longo das últimas décadas. Conforme ilustrado no Gráfico 6, enquanto as receitas se mantiveram relativamente estáveis em proporção ao PIB, o déficit do sistema seguiu uma trajetória crescente, atingindo níveis preocupantes. Essa disparidade reflete não apenas o impacto das regras previdenciárias historicamente permissivas, como a ausência de idade mínima para aposentadoria antes de 2019, mas também a falta de reformas efetivas ao longo dos anos, mesmo após intensos debates no final da década de 1990. Em 1999, por exemplo, o governo FHC propôs uma reforma previdenciária que buscava impor maior equilíbrio ao sistema, mas a medida foi rejeitada no Congresso por apenas um voto, conforme destacado por Giambiagi (2024). A ausência dessas mudanças contribuiu para que o sistema acumulasse déficits significativos, prejudicando as finanças públicas.



Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional

Adicionalmente, Giambiagi (2024) destaca que o desempenho da receita previdenciária também foi afetado por dois fatores estruturais: a redução do número de empregados formais e a crescente transição para sistemas privados de previdência. O aumento do desemprego e da informalidade em determinados períodos diminuiu a base de arrecadação do INSS, enquanto a migração de trabalhadores para planos de previdência complementar reduziu ainda mais as contribuições. Esses fatores, combinados ao aumento das despesas e à ausência de reformas estruturais até 2019, agravaram o desequilíbrio fiscal do sistema previdenciário, reforçando a necessidade de mudanças profundas para assegurar sua sustentabilidade a longo prazo.

Nesse contexto, é importante destacar que, ao longo dos anos, como evidenciado no Gráfico 7, as receitas do INSS permaneceram relativamente estáveis em proporção ao PIB, enquanto, como visto no gráfico 6, as despesas cresceram de forma significativa, aprofundando o déficit previdenciário. Esse aumento das despesas reflete não apenas as distorções históricas do sistema, mas também uma tendência preocupante de agravamento no futuro. Como discutido no ponto 4.1 deste trabalho, o envelhecimento populacional deverá intensificar ainda mais os gastos previdenciários, à medida que a Razão de Dependência dos Idosos (RDI) continue a crescer nas próximas décadas. Tafner (2024) reforça que tal cenário impõe urgência de medidas estruturais para evitar que o aumento projetado das despesas comprometa ainda mais o equilíbrio fiscal e a capacidade do país de alocar recursos para outras áreas essenciais.

Por fim, é fundamental ressaltar que além do aumento do déficit, o crescimento dos gastos previdenciários no Brasil tem superado significativamente o ritmo de expansão da economia. Conforme argumenta Giambiagi (2020), entre 1991 e 2021, a taxa média de crescimento dos gastos com o INSS foi de 5,7% ao ano, enquanto a taxa média de crescimento econômico se limitou a apenas 2,2% ao ano. Essa disparidade reflete uma dinâmica preocupante: à medida que os gastos crescem muito além da capacidade de geração de riqueza do país, a segurança fiscal torna-se cada vez mais comprometida. Sob a ótica da renda, esse desequilíbrio representa um desafio estrutural, pois indica que estamos consumindo uma parcela crescente dos recursos públicos em despesas previdenciárias, reduzindo a margem para investimentos produtivos e colocando em risco a sustentabilidade econômica de longo prazo.

4.3 O Peso do Setor Público na Previdência

Dando continuidade à análise das disparidades no sistema previdenciário brasileiro, o impacto fiscal gerado pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) se destaca como um fator crítico. Enquanto o RGPS enfrenta desafios crescentes devido ao envelhecimento populacional e à pressão sobre suas receitas, a previdência do setor público adiciona outra camada de complexidade, com benefícios significativamente mais altos e regras menos restritivas. Essa configuração não apenas amplia os gastos previdenciários, mas também reforça desigualdades entre os setores público e privado, colocando em evidência a necessidade de ajustes estruturais para garantir a sustentabilidade fiscal de longo prazo.

Essa disparidade tem ocorrido de forma sistemática e em volume considerável, especialmente no âmbito da previdência do funcionalismo público. Em 2010, por exemplo, enquanto os 23 milhões de benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) demandaram o equivalente a 1,2% do PIB, os aproximadamente 3,3 milhões de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) consumiram mais de 2% do PIB, conforme evidenciado por Medeiros e Souza (2014). Essa diferença reflete, em grande parte, a inexistência de um limite efetivo para o valor dos benefícios no RPPS, ao contrário do RGPS, que possui um teto fixado por lei. Tal configuração intensifica a desigualdade previdenciária e contribui para a insustentabilidade fiscal do sistema,

especialmente considerando que os gastos elevados beneficiam um número proporcionalmente pequeno de segurados.

Nesse sentido, a discrepância entre os regimes previdenciários do setor público e privado evidencia, segundo Zylberstajn (2017), uma extensa desigualdade estrutural. Essa desigualdade é representada pelos Gráficos 8 e 9, que demonstram como os servidores públicos concentram uma fatia desproporcional de benefícios superiores a cinco salários mínimos em comparação aos trabalhadores do setor privado. Enquanto no INSS 99% dos beneficiários recebem até cinco salários mínimos, apenas 53% dos servidores públicos estão nessa faixa, com 47% concentrando benefícios acima desse patamar (Gráfico 8). Essa concentração é ainda mais evidente nos gastos, onde 79% das despesas do RPPS são destinadas a benefícios superiores a cinco salários mínimos, contra apenas 2% no RGPS (Gráfico 9). Esses dados reforçam o peso fiscal e a desigualdade entre os regimes, tornando imprescindível a discussão sobre a sustentabilidade e equidade do modelo atual.

GRÁFICO 8

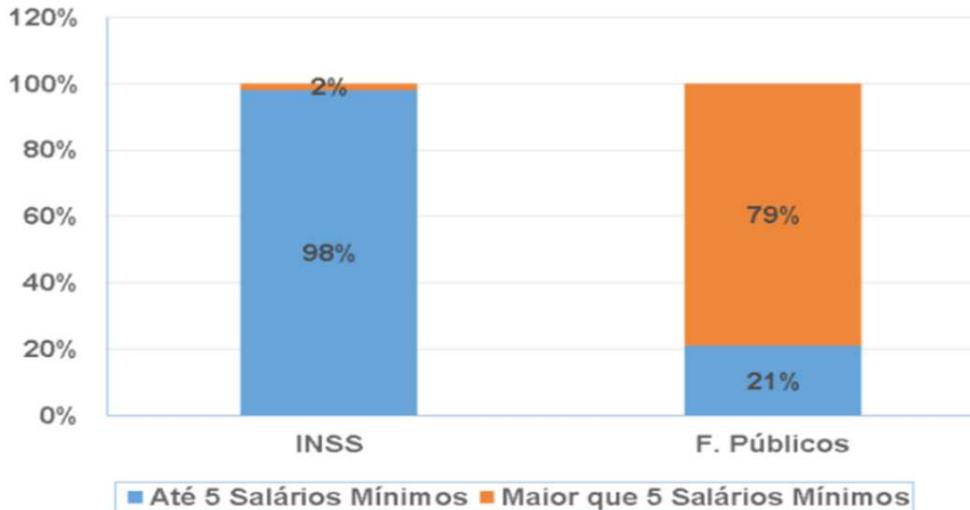
Beneficiários Segundo o Valor do Benefício (Porcentagem) – 2015



Fonte: ZYLBERSTAJN, 2017

GRÁFICO 9

Gasto Segundo o Valor do Benefício (Porcentagem) - 2015



Fonte: ZYLBERSTAJN, 2017

Ademais, a inexistência de um limite máximo para o valor dos benefícios nos regimes próprios de previdência, que abrangem funcionários públicos civis, militares e magistrados, é um dos principais fatores que explicam a disparidade entre os regimes público e privado (Medeiros, 2014). Essa configuração permitiu, por décadas, que uma parcela significativa dos recursos fosse destinada a benefícios elevados, muitas vezes desproporcionais em relação à realidade do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Apesar de algumas mudanças importantes terem sido introduzidas em 2019, como a limitação de benefícios para filhas de militares, conforme destaca Giambiagi (2024), essas medidas ainda não foram suficientes para eliminar as desigualdades estruturais. Dessa forma, Giambiagi (2024) argumenta que o cenário atual continua marcado por uma concentração de gastos com altos benefícios nos regimes próprios, o que reforça o peso fiscal desses sistemas e a necessidade de medidas mais abrangentes para reduzir a disparidade e promover maior equidade previdenciária.

Dessa forma, a análise do sistema de proteção social no Brasil revela uma estrutura fragmentada e ineficiente, marcada por programas sobrepostos que carecem de coordenação em relação às populações-alvo e aos níveis de benefícios. Essa configuração não apenas dificulta a gestão pública, mas também acentua os problemas distributivos e limita a eficiência dos gastos. De acordo com o Banco Mundial (2017), o único programa de assistência social bem direcionado e eficaz em termos de custo é o Bolsa Família,

enquanto os demais programas apresentam deficiências significativas na alocação dos recursos.

Nesse contexto, o estudo elaborado pelo Banco Mundial no documento *Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil (2017)*, sintetiza a diversidade de programas de proteção social no Brasil, avaliando a generosidade dos benefícios, a cobertura populacional e o impacto fiscal. A análise evidencia como os benefícios previdenciários vinculados ao serviço público, especialmente os do RPPS, apresentam níveis de generosidade muito superiores em relação a outros programas, enquanto políticas como o Bolsa Família, apesar de amplamente abrangentes, têm um custo relativamente baixo. Esses dados reforçam a necessidade de reformular o sistema de proteção social, promovendo maior equidade e eficiência por meio de um sistema unificado de transferência de renda e previdência, conforme proposto pelo Banco Mundial.

Esse ponto, como evidenciado anteriormente, já foi consenso entre estudiosos e lideranças políticas, inclusive de partidos historicamente mais avessos a reformas previdenciárias, como o Partido dos Trabalhadores. No início dos anos 2000, o partido começou a implementar mudanças no sistema previdenciário, conforme apontam Marques, Mendes e Ugino (2010). A criação de um regime único, que eliminasse as desigualdades entre os regimes próprios e o regime geral, foi defendida em várias ocasiões, inclusive na Exposição de Motivos do projeto de reforma previdenciária de 2003. Entretanto, apesar dessas iniciativas, o Brasil ainda enfrenta o desafio de concentrar capital político suficiente para viabilizar mudanças mais profundas e estruturais no sistema previdenciário.

Em suma, a fragmentação atual do sistema, marcada por benefícios desiguais e privilégios concentrados em parcela restrita da população, torna o avanço de uma reforma mais ampla ainda mais complexo. Como destaca o Banco Mundial (2017), é imprescindível integrar os sistemas previdenciários em uma única estrutura, capaz de promover maior eficiência e equidade na alocação de recursos públicos. No entanto, essa transformação exige uma mobilização política significativa, uma vez que enfrenta resistências de grupos que se beneficiam das disparidades atuais.

5. FUNCIONALISMO PÚBLICO E A QUESTÃO FISCAL

Em 2018, durante a eleição presidencial, o então candidato Jair Bolsonaro trouxe em seu discurso promessas de austeridade fiscal, incluindo cortes significativos nos gastos com pessoal como parte das medidas para equilibrar as contas públicas. No entanto, como destacado por Giambiagi (2024), apesar da percepção de excessos, os gastos com pessoal no Brasil mantiveram-se relativamente estáveis ao longo das décadas. Em 1991, representavam 3,8% do PIB, atingindo um pico de 5,1% em 1995 e recuando para 4,8% em 2003. Durante a crise de 2015, e com os cortes promovidos pelo então ministro da Fazenda Joaquim Levy no governo Dilma Rousseff, essa taxa caiu para 3,9%, encerrando o governo Bolsonaro em 3,4%. Esses números indicam que, embora o gasto seja expressivo, ele não sofreu aumentos descontrolados em termos relativos.

Contudo, de acordo com o Banco Mundial (2017), existe um potencial significativo para reduzir a massa salarial do funcionalismo público brasileiro. Embora o número de servidores públicos não seja elevado em padrões internacionais, os salários médios no setor público federal são, em média, 67% superiores aos do setor privado, mesmo considerando fatores como escolaridade, idade e experiência. Essa diferença salarial é especialmente acentuada nos poderes Judiciário e Legislativo e em ocupações de menor qualificação no Executivo. No âmbito estadual, os salários dos servidores também superam em mais de 30% aqueles oferecidos a trabalhadores equivalentes no setor privado, reforçando a existência de disparidades significativas.

Essas discrepâncias salariais refletem uma peculiaridade do funcionalismo público brasileiro, onde altos salários e benefícios são concentrados em determinados segmentos, ampliando a rigidez fiscal e a percepção de ineficiência na gestão dos recursos humanos. Enquanto cortes na massa salarial podem contribuir para aliviar as pressões sobre o orçamento, o desafio está em equilibrar a redução de custos com a manutenção da qualidade e eficiência dos serviços prestados à população. Reformas que promovam maior alinhamento entre as remunerações do setor público e privado, especialmente em funções de menor qualificação, são essenciais para alcançar maior equidade e sustentabilidade fiscal.

5.1 Disparidade Salarial do Setor Público

Os prêmios salariais elevados dos servidores públicos brasileiros têm sido tema de destaque nos debates sobre a equidade e eficiência do setor público. De acordo com o

Banco Mundial³, a maioria dos servidores públicos federais (83%) está no quintil mais rico da população, refletindo a concentração de altos salários entre os funcionários do governo. Apesar de representarem apenas 12% das despesas primárias do governo federal em 2017, os gastos totais com a folha de pagamento, incluindo todos os níveis de governo, são muito elevados em comparação com padrões internacionais. Essa discrepância é atribuída aos altos salários pagos, especialmente na esfera federal, e não ao número de servidores, evidenciando que o setor público brasileiro está entre os mais bem remunerados do mundo.

Embora tenham sido implementadas medidas para reduzir os gastos com pessoal, especialmente nos anos recentes, os dados revelam oscilações significativas. Conforme apresentado no Gráfico 10, os esforços para controlar os custos com funcionalismo público resultaram em reduções expressivas em alguns momentos, como a queda de 6,1% em 2022. No entanto, com o início do governo Lula em 2023, houve um aumento de 2,8% na variação real dos gastos, sinalizando uma reversão da tendência anterior. Esse cenário evidencia o desafio persistente de equilibrar a redução de despesas com pessoal e a necessidade de manter a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.

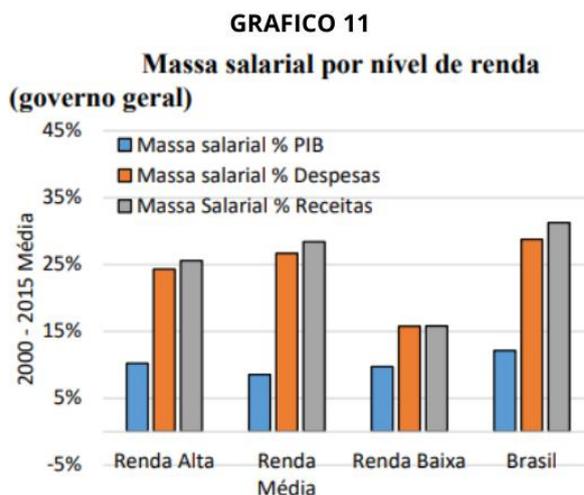


Apesar da queda expressiva nos gastos com pessoal observada nos últimos anos, o Brasil ainda possui uma massa salarial do setor público significativamente elevada em comparação com outros países. Segundo o Banco Mundial (2017), isso se deve,

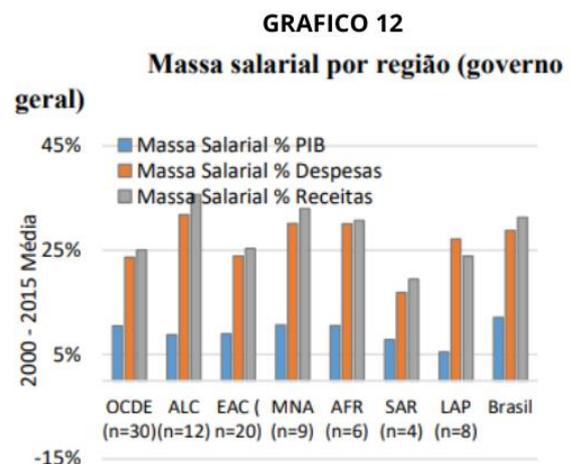
³ Banco Mundial, 2017.

principalmente, aos altos salários pagos aos servidores públicos, e não ao número de funcionários. A situação é mais evidente no governo federal, onde os salários são superiores àqueles oferecidos pelos governos estaduais e municipais, bem como ao setor privado. Essa realidade reflete um padrão atípico, no qual a massa salarial brasileira se destaca como uma das mais altas globalmente, tanto em relação ao PIB quanto às despesas públicas.

Os Gráficos⁴ 11 e 12 evidenciam a posição do Brasil em termos de massa salarial no setor público. O Gráfico 11 mostra que, ao longo do período de 2000 a 2015, o Brasil registrou em média percentuais elevados de massa salarial em relação ao PIB, às despesas e às receitas, superando a média de países de renda alta, média e baixa. Já no Gráfico 12, a comparação regional destaca que a massa salarial brasileira é desproporcionalmente alta em comparação com regiões como a OCDE e a América Latina e Caribe (ALC). Essa configuração reflete o impacto dos altos salários, especialmente nos estados e municípios, onde as despesas estão majoritariamente concentradas em setores essenciais como saúde e educação.



Fonte: Base de dados de Estatísticas de Finanças Públicas (GFS) do FMI.



Fonte: Base de dados de Estatísticas de Finanças Públicas (GFS) do FMI.

Tal realidade ocorre inclusive entre os grupos de servidores menos qualificados, que também garantem salários elevados. De acordo com o Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais, mais de 25% dos servidores públicos federais no Poder Executivo ganhavam acima de R\$ 10.000 por mês, com 17% recebendo mais de R\$ 13.000. Apesar de cerca de metade dos servidores situarem-se em uma faixa salarial

⁴ Ambos os gráficos foram retirados do Relatório Ajuste Justo do Banco Mundial, 2017.

intermediária, entre R\$ 2.500 e R\$ 7.500, esses valores ainda são significativamente superiores à realidade do setor privado, onde o salário médio formal era de apenas R\$ 1.924 naquele mesmo ano. O Banco Mundial (2017) aponta que, mesmo entre os servidores públicos com menor qualificação, que presumivelmente recebem salários em torno de R\$ 5.000, a remuneração ainda é consideravelmente alta para os padrões brasileiros, onde a maioria dos trabalhadores ganha menos de dois salários-mínimos (R\$ 1.760 em 2016).

Em conclusão, a necessidade de uma reforma administrativa tem se tornado cada vez mais evidente, mesmo para governos tradicionalmente mais permissivos em relação aos gastos públicos. A equipe de transição do governo Lula III, em dezembro de 2022, anunciou uma proposta abrangente que visa modernizar e tornar mais eficiente a gestão pública, superando iniciativas anteriores como a PEC nº 32, que enfrentou resistência no Congresso Nacional. A nova reforma, liderada pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e pela Advocacia Geral da União (AGU), busca substituir decretos considerados não condizentes com a realidade fiscal. O esforço conta com a participação de uma comissão composta por especialistas de diversas áreas, reforçando o compromisso com uma legislação que promova eficiência, equidade e sustentabilidade fiscal. Diante do impacto dos altos salários e da rigidez orçamentária, Cardoso Jr.⁵ advoga que a implementação de uma reforma administrativa eficaz é um passo essencial para equilibrar as contas públicas e melhorar a prestação de serviços à sociedade brasileira, tendo capacidade, de acordo com o Banco Mundial (2017) de, se implementada de maneira eficaz, garantir economia de até 0,9% a.a. do PIB em menos de uma década...

6. A CRISE FISCAL

A crise fiscal no Brasil é resultado de um complexo conjunto de fatores econômicos, políticos e estruturais que se acumularam ao longo das últimas décadas. Diferentemente do período de hiperinflação, em que o governo recorria à dívida externa e à emissão monetária (senhoriagem) para financiar seus déficits fiscais, o Brasil contemporâneo adotou o caminho do endividamento público interno. Embora essa estratégia tenha proporcionado um alívio temporário nas contas públicas, não é sustentável

⁵ Secretário do Governo Lula III – Secretaria de Pessoas

no longo prazo, uma vez que o crescimento contínuo da dívida pode torná-la impagável, comprometendo a estabilidade fiscal e a credibilidade econômica do país (OREIRO, 2015).

Nos primeiros anos do governo Lula, a política econômica baseou-se na manutenção do tripé macroeconômico, composto por metas de inflação, câmbio flutuante e superávits primários. Esse modelo trouxe estabilidade econômica, controle da inflação e crescimento sustentável, impulsionado pela demanda externa e pela valorização das commodities. A taxa média de crescimento do PIB foi de 4,3% ao ano entre 2004 e 2011 (CARLEIAL, 2015), sustentada pelo aumento do consumo interno, pela criação de empregos formais e pela valorização cambial, especialmente na classe média.

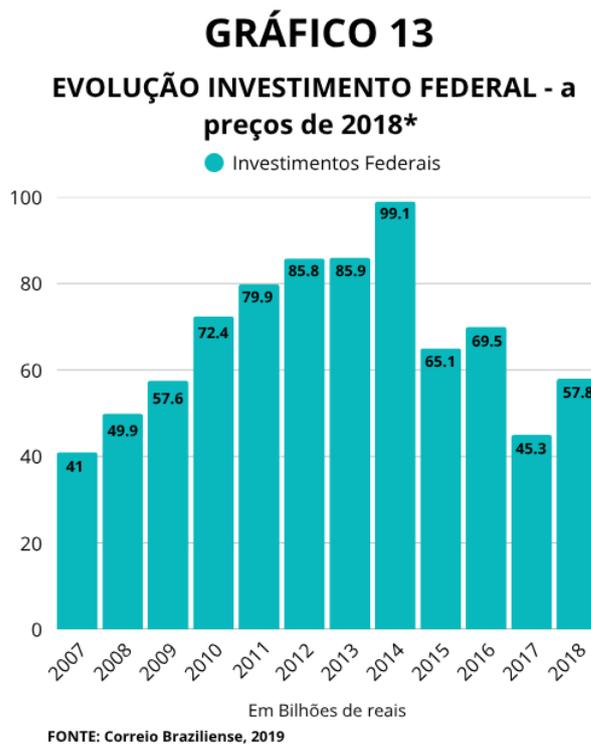
Entretanto, o crescimento econômico desse período foi sustentado por um modelo baseado em consumo e crédito fácil, sem reformas estruturais que aumentassem a produtividade ou a competitividade internacional. Embora tenha havido investimentos significativos em infraestrutura e na Petrobras, as privatizações e concessões não foram suficientes para modernizar a economia e sustentar o crescimento no longo prazo. A expansão contínua do gasto público sem ajustes fiscais adequados acabou criando uma dependência de estímulos governamentais para manter o crescimento (MOTA; MORAES, 2017).

A partir de 2006, no final do primeiro mandato de Lula, houve uma flexibilização do tripé macroeconômico. A política fiscal foi ajustada para permitir maior investimento público, especialmente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essa mudança foi acompanhada por um afrouxamento da meta de superávit primário, permitindo que o governo aumentasse os gastos públicos sem comprometer o equilíbrio fiscal imediato (OREIRO, 2015). Contudo, essa estratégia ampliou a rigidez orçamentária, pois grande parte desses recursos foi destinada a despesas correntes, em detrimento de investimentos produtivos.

Com a crise econômica global de 2008, o governo adotou políticas fiscais e monetárias expansionistas para estimular a demanda agregada. Embora essas políticas tenham inicialmente amortecido os impactos da crise, elas foram prolongadas além do necessário e evoluíram para a chamada Nova Matriz Econômica, que incluía subsídios fiscais e de crédito via BNDES, redução forçada da taxa de juros e desonerações fiscais (BOLLE, 2015). Essas medidas aumentaram significativamente o gasto público, mas não geraram investimentos sustentáveis, resultando na deterioração das contas fiscais.

A continuidade dessa política expansionista no primeiro mandato de Dilma Rousseff levou à manutenção de um alto nível de gasto público, mesmo com um cenário econômico menos favorável. A combinação de uma desaceleração no crescimento do PIB com um aumento contínuo das despesas públicas resultou na deterioração do superávit primário, que se transformou em déficit fiscal em 2014, encerrando um ciclo de 17 anos de resultados positivos (MOTA; MORAES, 2017). Esse déficit foi agravado pela resistência política ao ajuste fiscal proposto por Joaquim Levy, o qual contradizia as promessas de campanha de Dilma e ameaçava a continuidade do modelo de crescimento com inclusão social dos governos petistas.

Essa trajetória foi marcada por uma queda acentuada nos investimentos federais a partir de 2015, conforme mostra o Gráfico 13. Embora as despesas correntes tenham continuado a crescer, os investimentos produtivos foram reduzidos, comprometendo o crescimento potencial do PIB no longo prazo. A ausência de investimentos estratégicos em infraestrutura, inovação e modernização da economia contribuiu para a estagnação econômica e para a crise fiscal subsequente.



Dessa forma, a crise fiscal no Brasil não pode ser atribuída exclusivamente ao aumento das despesas ou à queda das receitas. Ela é resultado de uma ineficiência na alocação dos gastos públicos e da ausência de uma política de investimentos estratégicos

que aumentassem a produtividade e a competitividade da economia. O debate sobre a controvérsia do gasto público e as possíveis soluções para a crise fiscal será desdobrado nos próximos tópicos, abordando diferentes perspectivas econômicas e as implicações dessas escolhas para o crescimento econômico sustentável e a responsabilidade fiscal.

6.1 A Controvérsia do Gasto Público

A controvérsia em torno do gasto público no Brasil envolve o debate sobre a relação entre o volume de despesas governamentais e o crescimento econômico. Economistas como Esther Dweck argumentam que a redução do superávit primário a partir de 2011 não foi causada por um aumento descontrolado das despesas, mas sim pela queda na arrecadação decorrente do baixo crescimento econômico. Segundo Dweck, "não houve a chamada 'gastança', a redução do resultado primário decorreu da queda da receita e não do aumento do ritmo de crescimento da despesa" (DWECK; TEIXEIRA, 2017). Nesse sentido, o aumento da razão despesa/PIB teria ocorrido porque o PIB cresceu em ritmo menor do que as despesas, e não por um crescimento acelerado das despesas em si.

Essa visão sugere que a manutenção de um nível elevado de gastos públicos seria necessária para sustentar a demanda agregada e evitar um ciclo vicioso de estagnação econômica. De acordo com essa perspectiva, cortes nos gastos públicos acentuariam a desaceleração econômica ao reduzir a demanda interna, gerando um círculo vicioso de menor crescimento do PIB, queda na arrecadação fiscal e aumento do déficit público.

No entanto, outros economistas partem de concepções diferentes sobre a insustentabilidade fiscal. Segundo Gustavo Franco, a crise fiscal no Brasil não decorreu apenas da redução de gastos, mas da forma como esses recursos foram alocados (LIMA, 2015). O Gráfico 12, que mostra a evolução dos investimentos federais a preços de 2018, evidencia uma queda significativa nos investimentos produtivos após 2014. Essa redução impactou diretamente o crescimento potencial de longo prazo, já que os investimentos públicos em infraestrutura e inovação são essenciais para aumentar a produtividade e a capacidade produtiva do país (OREIRO, 2015)

Além disso, ao analisar a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentada no Gráfico de Origem dos Investimentos, observa-se que a participação dos investimentos públicos como percentual do PIB permaneceu estagnada entre 2016 e 2021, enquanto o

investimento privado aumentou significativamente no mesmo período. Esse dado sugere que, apesar do crescimento econômico limitado, não houve um esforço governamental substancial para estimular o investimento produtivo. Em vez disso, os gastos correntes foram priorizados, enquanto os investimentos em infraestrutura e capital fixo ficaram em segundo plano.

GRÁFICO 14

Origem dos investimentos

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - em % do PIB



Fonte: Comec-Fipe e IBGE

A ideia de que a crise fiscal brasileira decorre unicamente da queda nos gastos públicos pode deixar de considerar a importância de uma realocação estratégica desses recursos. Em vez de preservar apenas os níveis de despesas de consumo, parte do orçamento poderia ter sido redirecionada para gastos discricionários voltados ao investimento público, cuja literatura aponta como tendo um maior efeito multiplicador sobre o crescimento econômico de longo prazo. Essa estratégia teria o potencial de contribuir para a sustentação do PIB potencial, ao mesmo tempo em que promoveria um ajuste fiscal com ganhos de eficiência.

Enquanto algumas abordagens ressaltam a relevância da demanda agregada como motor para o crescimento, como no caso das análises de Laura Carvalho e Esther Dweck, a priorização de investimentos produtivos pode atuar de forma complementar, ao favorecer o aumento da produtividade e da capacidade de arrecadação futura, gerando um ciclo virtuoso entre crescimento econômico e sustentabilidade fiscal.

A experiência da crise de 2015 ilustra os desafios desse equilíbrio. Apesar da

adoção de uma política fiscal expansionista naquele período, a retração dos investimentos públicos coincidiu com uma recessão profunda. O ajuste fiscal então proposto concentrou-se na contenção de despesas, mas não foi acompanhado de uma estratégia de recomposição da capacidade de investimento do Estado. Conforme apontado em dados analisados neste estudo, a queda dos investimentos contribuiu para o baixo desempenho do PIB, sugerindo que o problema não se resume ao volume total de gastos, mas também à forma como esses recursos são alocados.

Dessa forma, o debate sobre o gasto público no Brasil envolve não apenas a discussão sobre o montante destinado pelo governo, mas, sobretudo, sobre a qualidade da alocação desses recursos. A priorização de investimentos que aumentem a produtividade e a capacidade econômica do país tende a ter efeitos mais duradouros sobre o crescimento, além de favorecer um ajuste fiscal sustentável ao longo do tempo. Diferentemente do argumento de Dweck, que enfatiza o papel da demanda agregada para sustentar o crescimento, a realocação para investimentos produtivos teria o efeito contrário ao ciclo vicioso apontado por ela. Aumentando a produtividade, seria possível elevar o PIB potencial e a arrecadação fiscal no longo prazo, gerando um ciclo virtuoso de crescimento

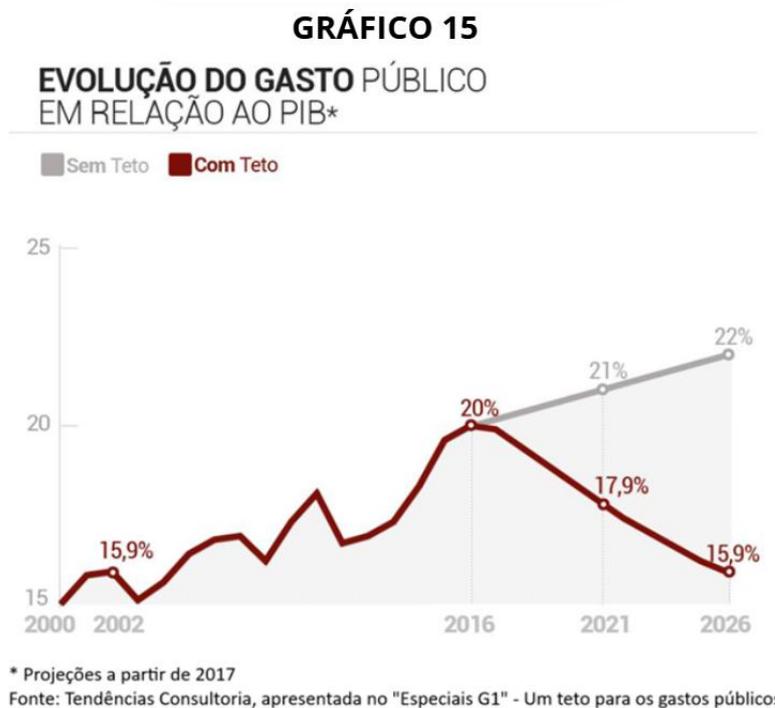
6.2 O Teto de Gastos: o freio temporário do crescimento da dívida

A Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como Teto de Gastos, foi implementada no Brasil com o objetivo de conter o crescimento da dívida pública, impondo um limite ao aumento das despesas primárias, corrigidas apenas pela inflação do ano anterior. Essa medida foi considerada um marco na política de austeridade fiscal do país, sendo vista como essencial para estabilizar a trajetória da dívida pública, que vinha crescendo rapidamente desde 2014, quando o Brasil registrou seu primeiro déficit primário após 17 anos de superávits consecutivos.

A manutenção de um déficit primário, em que o governo gasta mais do que arrecada, foi um dos principais fatores que levaram o Brasil a perder o grau de investimento em 2015. A classificação de risco, atribuída por agências internacionais, rebaixou o Brasil para a categoria de economia especulativa, indicando um aumento do risco para investidores estrangeiros. Nesse contexto, o Teto de Gastos surgiu como uma tentativa de restaurar a confiança na solvência fiscal do país, sinalizando um compromisso

com a responsabilidade fiscal e com a estabilidade macroeconômica. O então Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que a PEC 241 (posteriormente EC 95/2016) era o caminho necessário para a retomada do crescimento econômico e para a criação de empregos no país, destacando que era fundamental estancar os gastos públicos antes de implementar reformas estruturais de longo prazo.

O Gráfico 15, que mostra a Evolução do Gasto Público em Relação ao PIB, evidencia que, com o Teto de Gastos, as despesas primárias como percentual do PIB estabilizaram-se a partir de 2017, em contraste com a trajetória ascendente projetada no cenário sem o teto. Essa estabilização ajudou a conter o crescimento da dívida pública no curto prazo, permitindo que o país recuperasse parcialmente a confiança dos investidores e estabilizasse o mercado financeiro.



No entanto, a eficácia do Teto de Gastos como medida de ajuste fiscal a longo prazo começou a ser questionada à medida que seus efeitos colaterais se tornaram mais evidentes. Conforme destacado por Gomes et al. (2023), o congelamento das despesas primárias "resultou em uma queda significativa nos investimentos públicos, impactando negativamente o estoque de capital público, como infraestrutura, educação, saúde e segurança" (GOMES et al., 2023). Essa redução nos investimentos governamentais prejudicou o crescimento econômico em um cenário de estagnação da produtividade, afetando a oferta de bens públicos e serviços essenciais e, conseqüentemente, o bem-estar

social.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), representada no Gráfico de Origem dos Investimentos, demonstra que a participação dos investimentos públicos no PIB permaneceu estagnada durante o período de vigência do Teto de Gastos, enquanto o investimento privado apresentou um crescimento significativo. Esse cenário revela que, embora o Teto de Gastos tenha contido o crescimento das despesas correntes, não houve uma realocação estratégica para investimentos produtivos, o que contribuiu para a estagnação do PIB potencial no longo prazo.

Além disso, a redução de investimentos públicos teve um impacto desproporcional nas famílias de baixa renda, que dependem mais intensamente dos serviços públicos. Segundo Gomes et al. (2023), "houve perdas de bem-estar para agentes mais pobres, especialmente quando o prazo de vigência da EC 95/2016 foi ampliado para 20 anos" (GOMES et al., 2023). Ao limitar a capacidade de investimento social do governo, o Teto de Gastos exacerbou a desigualdade social e regional, especialmente em estados e municípios com menor capacidade de arrecadação, aprofundando as disparidades socioeconômicas no país.

Embora o Teto de Gastos tenha sido um importante instrumento de ajuste fiscal no curto prazo, seus efeitos negativos sobre a produtividade e o bem-estar social levantam dúvidas sobre sua sustentabilidade a longo prazo. Sem reformas estruturais para reduzir as despesas obrigatórias, o governo ficou limitado na alocação de recursos, resultando em um ajuste fiscal assimétrico, em que os investimentos produtivos foram sacrificados para cumprir as metas fiscais. Esse cenário é particularmente preocupante em um contexto de estagnação da produtividade, pois afeta diretamente o crescimento econômico potencial e a competitividade internacional do país.

O impacto de longo prazo do Teto de Gastos se torna ainda mais preocupante com sua flexibilização no governo Lula III, sem a implementação de reformas significativas nos gastos públicos. A flexibilização do teto permitiu um aumento das despesas primárias sem contrapartidas na forma de ajustes fiscais ou reformas estruturais, comprometendo o objetivo inicial de estabilizar a trajetória da dívida pública. Dessa forma, o Teto de Gastos, que inicialmente foi um marco na política de austeridade fiscal, tornou-se um freio temporário no crescimento da dívida, sem garantir a sustentabilidade fiscal no longo prazo.

Esse cenário reforça a necessidade de políticas fiscais alternativas que possam

manter o controle dos gastos públicos sem sacrificar investimentos estratégicos e a equidade social. Como sugerem Gomes et al. (2023), "políticas alternativas à EC 95/2016, como o aumento de investimentos públicos, poderiam reduzir gargalos redistributivos e promover crescimento econômico de longo prazo" (GOMES et al., 2023).

7. CONCLUSÃO

O presente trabalho examinou os principais fatores que explicam a crise fiscal e a rigidez orçamentária no Brasil, com base em análise histórica, empírica e teórica. Partindo da constatação de que o país enfrenta déficits fiscais persistentes desde 2013, buscou-se compreender as causas estruturais que comprometem a sustentabilidade das contas públicas.

Identificou-se que a rigidez orçamentária, causada pela predominância das despesas obrigatórias — notadamente previdência, funcionalismo e vinculações constitucionais — tem reduzido drasticamente o espaço fiscal para investimentos e políticas públicas adaptáveis. Esse engessamento orçamentário impossibilita respostas contracíclicas em momentos de crise e afeta negativamente o crescimento econômico potencial do país.

No campo da Previdência Social, observou-se que o envelhecimento populacional, a desigualdade entre os regimes (especialmente o RPPS), e a ausência de reformas profundas têm pressionado de forma crescente o orçamento público. O aumento contínuo das despesas previdenciárias, aliado à estagnação das receitas do INSS, gera déficits que ameaçam o equilíbrio fiscal.

Além disso, os dados analisados demonstram que os investimentos públicos, fundamentais para impulsionar o crescimento e a produtividade, têm sido progressivamente comprimidos, ao passo que os gastos correntes permanecem elevados. A experiência da crise de 2015 e a implementação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto de Gastos) ilustram como o ajuste fiscal baseado em contenção de despesas, sem priorização de investimentos, pode frear o crescimento econômico sem garantir a consolidação fiscal.

Por fim, discutiu-se a controvérsia sobre o papel do gasto público: enquanto algumas visões defendem sua manutenção para sustentar a demanda agregada, este estudo

ênfatiza a importância de realocar recursos para investimentos produtivos, capazes de ampliar o PIB potencial e gerar um ciclo virtuoso de crescimento com responsabilidade fiscal.

Conclui-se, portanto, que o problema fiscal do Brasil não decorre apenas do volume dos gastos, mas principalmente da sua composição e alocação. Reformas como a previdenciária, administrativa e a flexibilização responsável das regras de vinculação orçamentária são essenciais para restaurar a capacidade de gestão do Estado, promover a eficiência dos gastos públicos e assegurar a sustentabilidade fiscal no longo prazo.

REFERÊNCIAS

- BACHA, E. Saída para a crise tem mão dupla. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 89, 2017.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais. Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, v. 21, n.º 246, outubro de 2016.
- BASSI, Camillo de Moraes. Nota técnica sobre receitas vinculadas e despesas obrigatórias e sua relação com a rigidez orçamentária. Brasília: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.
- GIAMBIAGI, Fabio. Tudo Sobre o Déficit Público: um Guia Sobre o Maior Desafio do País Para a Década de 2020. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.
- GIAMBIAGI, F.; TAFNER, P. A Reforma Inacabada: o Futuro da Previdência Social no Brasil. Rio de Janeiro: Alta Books, 2024.
- GOLDFAJN, I. Há razões para duvidar que a dívida pública no Brasil é sustentável? Notas Técnicas 25, Banco Central do Brasil, 2002.
- INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFI). Relatório de Projeções para a Dívida Pública 2024. Brasília, 2024.
- LIMA, Samantha. Gustavo Franco: “Não há gasto público incortável, nem os sociais”. *Época*, Rio de Janeiro, 31 out. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com>. Acesso em: [14 abr. 2025].
- LUPORINI, V. Sustainability of the Brazilian fiscal policy and central bank independence. CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1999.
- OLIVEIRA, F. A.; NÓBREGA, W. C. L.; MAIA, S. F. Reação fiscal, rigidez orçamentária e a sustentabilidade da dívida pública no Brasil: uma abordagem por meio de MS-VECM. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 113-153, jan.-mar. 2022.
- REINHART, C. M.; ROGOFF, K. S. Growth in a time of debt. *American Economic Review*, v. 100, n. 2, p. 573-578, 2010.
- REINHART, C. M.; ROGOFF, K. S. From Financial Crash to Debt Crisis. *American Economic Review*, v. 101, p. 1676-1706, 2011.
- SALOMÃO NETO, B. A. A sustentabilidade fiscal e as regras brasileiras: avaliação do passado e proposições para o futuro. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

SANT'ANA, J. Dívida bruta deve encerrar 2024 em 78,3% do PIB e chegar a 81,4% em 2025, diz IFI. Valor Econômico, Brasília, 19 dez. 2024. Disponível em: <https://www.valor.globo.com>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SARGENT, T. J.; WALLACE, N. Rational Expectations, the Optimal Monetary Instrument, and the Optimal Money Supply Rule. *Journal of Political Economy*, v. 83, n. 2, p. 241-254, 1975.

SARGENT, T. J.; WALLACE, N. Some Unpleasant Monetarist Arithmetic. *Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review*, v. 5, n. 3, p. 1-17, 1981.

REUTERS. Dominância fiscal: chance de BC perder controle da inflação volta ao debate. *InfoMoney*, 1 nov. 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BANCO MUNDIAL. Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil. Brasília: Banco Mundial, 2017.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da População Brasileira: Uma Contribuição Demográfica. Texto para Discussão N° 858. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

FLORES, Luis Patricio Ortiz. O Envelhecimento da População Brasileira. *Redeca*, v.2, n. 1, p. 86-100, jan.-jun. 2015.

IBGE. *Projeção da População do Brasil: 2000 a 2060*. Brasília: IBGE, 2013.

VIEIRA, Michelly do Nascimento; Dias Diógenes, Victor Hugo. Transição Demográfica no Brasil: Um Estudo sobre o Impacto do Envelhecimento Populacional na Previdência Social. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 40-61, Jan./Abril. 2020.

ROCHA, R. R., & Caetano, M. A. (2008). O Sistema Previdenciário Brasileiro: Uma Avaliação de Desempenho Comparada. Texto para discussão, nº 1331. CEPAL - IPEA.

BOLLE, Monica de. *Como matar a borboleta-azul: uma crônica da era Dilma*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

CARLEIAL, L. Ajuste fiscal e crise do novo desenvolvimentismo no segundo mandato de Dilma Rousseff. *Revista Café com Sociologia*, v. 6, n. 2, p. 354-374, mai./jul. 2017.

JERÔNIMO, Luiz. Ajuste fiscal e o impacto político no governo Dilma. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 753-770, out./dez. 2015.

MOTA, Leonardo de Araujo; MORAES, André Monteiro. O ajuste fiscal e a crise do novo desenvolvimentismo no segundo mandato de Dilma Rousseff. *Revista Café com Sociologia*, v. 6, n. 2, p. 354-374, mai./jul. 2017.

OREIRO, José Luis. *Do Tripé Macroeconômico ao Fracasso da Nova Matriz: A Evolução do Regime de Política Macroeconômica no Brasil (1999-2014)*. Brasília: UnB, 2015.

ZYLBERSTAJN, Hélio; OLIVA, Bruno; AFONSO, Luis Eduardo; , Eduardo. Previdência Social: Reforma em três atos. Informações Fipe, São Paulo, n. 436, p. 5-20, jan. 2017. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.